



Anais da Assembléia

Nº 68

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT - 07:** Algaci Osmário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB - 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB - 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 52.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1994

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Srs. Deputados Ernani Pudell e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (41). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Caíto Quintana, Colombino Grassano, Durval Amaral, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Nelson Justus, Nilton Barbosa e Nilton Servo (12). Achando-se em licença o Sr. Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 194/94, Mens. nº 045/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplemen-

tar a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, no valor de CR\$ 6.600.000,00.

Sala das Sessões, em 31.05.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 1370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 195/94, Mens. nº 043/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar ao Colégio Estadual do Paraná, no valor de CR\$ 196.100.000,00.

Sala das Sessões, em 31.05.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 1372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.05.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1373-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 174/94, de autoria do Deputado Heinz Herwig, da Ordem do Dia de hoje por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 31.05.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 1364

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Carolina Beltrani, ocorrido dia 26 de maio em Ponta Grossa.

Pessoa de grandes amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes com saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, sito à Rua Saldanha da Gama, 739, Jardim Carvalho, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31.05.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1365

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Miro Giebeluka, ocorrido dia 29 de maio de Ponta Grossa.

O Sr. Miro, era uma pessoa muito estimada e de grandes amizades, que com sua morte deixará amigos e parentes com saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Espírito Santo, 1065, Bairro São José, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31.05.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1371

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná solicitação para que seja autorizada a construção da sede da Companhia da Polícia Militar, no Município de Ivaiporã, para a qual já existe o terreno e a Prefeitura do município se encarrega de contribuir com a mão-de-obra, após assinatura de convênio para tal.

Sala das Sessões, em 31.05.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Tal construção se faz necessária, tendo em vista que até o presente momento a sede da Cia. da Polícia Militar em Ivaiporã tem ocupado prédio alugado.

Esta obra também se justifica pela importância que a cidade de Ivaiporã ocupa no contexto da região do Vale do Ivaí, sendo uma das cidades-pólo, com uma vasta área de abrangência.

Outrossim, já existe o terreno disponível para tal finalidade e a Prefeitura do município, juntamente com a Câmara Municipal de Vereadores se comprometem a participar de tal construção, com a mão-de-obra necessária, após assinatura de convênio, restando ao Estado a participação com o projeto e o material necessário para tal fim.

REQUERIMENTO N° 1362

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do bairro Santa Felici-

dade, referente a retirada de um poste que situa-se bem no meio da Rua Antonio de Paula França, próxima ao Portal de Santa Felicidade e a Empresa Trombini, tendo em vista que muitos transtornos são causados a todos que por lá trafegam. Os moradores pedem que o presente pedido seja atendido, procurando-se evitar algum acidente que possa vir a ocorrer.

Sala das Sessões, em 31.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1363

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido feito pelos pais dos alunos da Escola Estadual Santa Cândida, os quais solicitam que seja destacado um policial de trânsito para orientar as crianças atravessarem a rua. O local é muito movimentado e as crianças estão sujeitas aos acidentes que possam vir a ocorrer.

Sala das Sessões, em 31.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1366

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do BANESTADO, Senhor Norton Macedo, solicitando que seja estudado um meio para que pensionistas e aposentados não tenham de enfrentar fila para receber seu pagamento.

Os pensionistas e aposentados, passam todos os meses por constrangentes filas para poderem receber o salário que têm direito, tendo para isso que enfrentar chuva, frio e a longa espera em frente aos bancos.

É inadmissível que pessoas idosas ou até mesmo deficientes tenham de suportar esta injustiça, sem poder fazer nada, pois não tem outra solução, se não esperarem na fila, não recebem. Por esses e outros motivos é que se faz esta solicitação, para que pelo menos o Banco do Estado, que é o maior responsável por este tipo de pagamento dentro do Estado, trate os pensionistas e aposentados com respeito e dignidade.

Sala das Sessões, em 31.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Reinaldo José Rodrigues dos Santos, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à construção de um barracão industrial, no Distrito industrial II, no Município de Araruna.

A presente solicitação, visa incentivar a industrialização do município, que tem a agricultura, pequenas propriedades, como base de sua economia. A instalação de pequenas indústrias, gerará mais de 100 empregos diretos.

Sala das Sessões, em 31.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1368

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Elerian do Rocio Zanetti, Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à ampliação escolar de 1.^a a 4.^a séries, na Escola Municipal Tiradentes, localizada no Bairro Vila Nova, Município de Prudentópolis.

A presente solicitação, visa suprir a falta de vagas, e atender a demanda estudantil.

Sala das Sessões, em 31.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rolf Koerner Jr., Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública solicitando estudos e policiamento que se fizerem necessárias para imediata implantação do policiamento florestal no Parque Estadual de Vila Velha que, por motivos diversos e contrários aos interesses da comunidade de Ponta Grossa, há aproximadamente dez meses foi retirado.

Observe-se que, desde então aquele espaço turístico que, sem dúvida, hoje constitui-se no "carro-chefe" do fenômeno turístico regional dos Campos Gerais, ficou completamente abandonado, mercê da ação destrutiva dos vândalos, pela inexistência de atitudes preventivas legais.

Os fatores que redundaram na retirada dos policiais florestais do local e as responsabilidades pela decisão merecem cuidadoso estudo, visando impedir que tal fato se repita, com efeitos danosos para o

turismo paranaense que não pode, no seu principal Parque Estadual, expor os turistas à deprimente falta de um aparato policial nos Arenitos de Vila Velha, na Lagoa Dourada e nas Furnas.

Sala das Sessões, em 31.05.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Os próprios termos do presente justificam-no plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente Deputado Paulo Maia com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não poderia deixar passar em branco nesta oportunidade, o grande momento cívico brasileiro vivido em São Paulo, nos dias 27 e 28 deste mês no Anhembi, quando numa presença maciça assistimos a homologação pelos convencionais do Brasil todo, mais de seis mil, assistimos a homologação do nome do Brizola para Presidência da República e Darci Ribeiro à vice-Presidente.

Confirma-se também hoje no Brasil a candidatura de 16 companheiros em diferentes Estados da União, são 16 pedetistas que vão em igualdade de condições disputar o governo nos Estados e com certeza vendo hoje o que divulga a imprensa brasileira sobre a aceitação e rejeição dos candidatos, nós pedetistas não podemos deixar também nesta oportunidade este fato que nesta semana registrou a "Datafolha", através do jornal "Folha de São Paulo".

Brizola cai no índice de rejeição de 43 para 34% dando assim a demonstração de que o Brasil começa a reconhecer a grande e histórica luta deste estadista brasileiro, na defesa dos interesses desta Pátria.

Não podemos deixar também de registrar nesta oportunidade o que diz também matéria de repercussão a nível nacional, quando se procura impingir muitos problemas e muitas desgraças ao Rio de Janeiro, procurando atingir única e exclusivamente a pessoa de Leonel Brizola, temos aqui nesta oportunidade que registrar o maior índice de emprego está no Rio de Janeiro, segundo o IBGE. A Bahia em primeiro lugar, em seguida temos o Rio de Janeiro, onde se diz o maior do "ranking", inclusive do emprego o Rio de Janeiro desponta ocupando este espaço que caracteriza que as coisas no Rio de Janeiro para aqueles que quisessem trazer a verdade a opinião pública, lá as coisas aconteceram.

Demonstra também este matutino que no "ranking" da miséria o Rio de Janeiro tem o menor índice percentual de miseráveis, do total de 31.679.096 indigentes existentes no Brasil, segundo dados divulgados pelo IPE, CPS-Brasil, instituto ligado ao

Governo Federal.

Assistimos ao Rio de Janeiro como aquele que tem um dos menores índices de miseráveis da história desse País.

E para aqueles que querem conhecer a verdade, isto se deu quando Brizola foi e continua o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Temos que registrar fatos que a imprensa nacional já registrou em outras oportunidades, como a questão da Linha Vermelha, que é a maior via de integração do Estado do Rio de Janeiro. Uma obra de 21,4 quilômetros de via expressa que permite a velocidade diretriz de cem quilômetros por hora sem obstáculos, sem sinais, com seis pistas. Isto é um fato marcante da história do Brasil e da administração desse estadista que, com certeza, há de reverter as pesquisas à Presidência da República quando tiver oportunidade e igualdade de condições através dos meios de comunicação de mostrar a capacidade de administrar feita por ele no Estado do Rio de Janeiro.

Temos que destacar também uma das grandes obras, e aí está, da questão social (Lê):

"Água tratada para todos

Mais uma grande obra do governo trabalhista de Leonel Brizola. O sistema de abastecimento de água duplicou sua capacidade, com a ampliação da adutora do Guandu, garantindo o abastecimento do Rio de Janeiro até o ano 2100.

São mais 604 milhões de litros de água por dia, beneficiando milhões de pessoas e contribuindo significativamente para o combate de doenças passíveis de serem transmitidas por sistemas precários de saneamento básico. No Rio, o Governo Brizola canalizou água tratada para todos, muito especialmente em bairros pobres das periferias. Para se ter uma idéia da grandiosidade desta realização, somente a ampliação do Guandu é maior do que todo o sistema que abastece Porto Alegre.

A grande obra que também marca história na administração Leonel Brizola: o programa de despoluição da Baía de Guanabara que se torne uma realidade e que teve, ali também, a administração de tantos outros governos que era o Brizola, e que nada fizeram para que hoje isto se tornasse a realidade; esta realidade acontece nas mãos de Leonel Brizola.

Não podemos deixar de destacar na educação a grande proposta de revolução do nosso Partido, a grande proposta de revolução do PDT, onde no Rio de Janeiro o Brizola constrói mais de 506 CIEP's, a exemplo do que assistimos aqui em Curitiba na gestão Jaime Lerner, preocupado também com o sistema de educação integral.

É um exemplo de que a administração do

PDT tem a preocupação e carrega como bandeira principal a educação."

Temos também que registrar o seguinte:

"Combate eficaz contra a fome

No Governo do Rio, Leonel Brizola estimulou o surgimento das hortas comunitárias nos grandes centros urbanos, inclusive na capital, com o objetivo de facilitar a venda de alimentos saudáveis à população de baixa renda a preços reduzidos em até 70%.

Os produtores rurais foram incentivados a vender seus produtos diretamente aos consumidores, com instalação de sacolões por todo o Estado. A produção foi aumentada com um plano de irrigação que atingiu mais de mil hectares de terra no interior do Estado, através da construção de 100 pequenas barragens. O programa 'Moeda Verde' favoreceu os pequenos agricultores na obtenção de recursos para o aumento de suas colheitas."

E aqui houve muita exploração em termos da administração Leonel Brizola.

"Ataque às causas da Violência

No Rio de Janeiro, a violência é enfrentada pela raiz com políticas de direitos humanos, dentro da mais estrita legalidade. O governo Brizola imprimiu uma nova mentalidade de atuação nas áreas de Justiça, Segurança e Cidadania, buscando o desmonte da estrutura violenta que existia nas instituições públicas, inclusive dentro da própria Polícia Militar.

Em nenhum outro Estado do Brasil se apurou com tanto rigor a ação dos grupos de extermínio, denunciando cumplicidades e punindo os culpados, uma realidade exaltada até pelas mais respeitáveis instituições internacionais de direitos humanos. Ocorre que a chamada mídia nacional desenvolve uma campanha sistemática para desacreditar o governo, causando temor e fazendo as pessoas acharem que o Rio vive em guerra, quando na verdade trata-se de um grande centro urbano como qualquer outro no mundo, que enfrenta as consequências geradas pelo modelo econômico vigente. A diferença é que no Rio o governo do PDT encara o problema de frente e procura reverter as crueldades."

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Temos também que deixar registrado nesta Casa, o pronunciamento desta grande liderança, deste Líder que já demonstrou a capacidade de fazer as coisas administrativas de maneira séria.

Temos que registrar aqui pontos da sua proposta quando da grande convenção democrática do Partido Democrático Trabalhista no Estado de São Paulo.

Dizia lá esta grande liderança Leonel Brizola:

"No plano da ação prática, um governo coerente terá de lutar de forma a alcan-

çar, no mais curto período de tempo os seguintes objetivos:

1 - Escolarização e assistência a todas as crianças, com alimentação e acompanhamento médico. Educação como prioridade máxima, com ênfase para a escola integral.

2 - Oportunidades de trabalho para todos os homens e mulheres aptos. Regime de pleno emprego, com salário condigno. Estímulo do Poder Público às atividades geradoras de emprego, sobretudo as pequenas e microempresas.

3 - Ações de saúde, partindo da necessidade de alimentação, água limpa e vacina para todos. Sistema descentralizado, com a cooperação dos setores público e privado e prioridade para a implantação do sistema de 'Médico de Família'. Produção em massa de uma cesta básica de medicamentos essenciais, fornecida a preços baixos ou, quando for o caso, gratuitamente.

4 - Plano nacional de alimentação de emergência, compreendendo desde o fornecimento de assistência alimentar às populações carentes até a orientação e educação nutricional da população, sempre, entretanto, tendo em vista a sábia doutrina de que mais importante que distribuir alguns peixes a quem tem fome é dar-lhe um anzol e ensiná-lo a pescar. Incentivo à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, notadamente à produção leiteira, estabelecendo preços compensadores para o produtor e a garantia da aquisição, pelo governo, para consumo nas escolas, do excedente não absorvido pelo mercado.

5 - Terra e propriedade para todas as famílias, para produzir e habitar. Programa corajoso de habitação popular, substituindo as favelas por áreas urbanizadas, construídas em regime de cooperação com estados, municípios e a população local. Recenseamento dos agricultores sem-terra do interior, com o propósito de propiciar-lhes uma propriedade e assistência para produzir, especialmente para os jovens que tendem a emigrar para os grandes centros.

6 - Desenvolvimento econômico com distribuição de renda e justiça social. Ênfase para a produção destinada ao mercado interno, sem descuidar a produção de grãos e de bens da indústria para a exportação. Incentivo à multiplicação e ao aprimoramento das atividades privadas, facilitando o acesso ao crédito, à tecnologia e às oportunidades. Simplificação das exigências burocráticas federais para abertura da micro e pequenas empresas, com diferenciação fiscal e tributária em seu tratamento. Estabelecimento de patamares condignos para o salário mínimo e a progressiva elevação de seu valor real. Provimento das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento. Energia, comunicações e, quanto ao transporte, racionalização e mo-

dernização dos diversos sistemas de carga e passageiros, com prioridade aos hidrossistemas e ferrovias, especialmente para o transporte de massa.

7 - Modernização e fortalecimento do Estado não separa a recuperação de sua capacidade de exercer suas funções específicas e implementar políticas eficientes e fecundas, essenciais ao bem comum social, como também para a sua função de indutor do desenvolvimento promovendo internamente uma vigorosa economia social de mercado. O Estado deve definir as áreas estratégicas, reservadas para o domínio do Poder Público, como vem ocorrendo com o petróleo, a energia e as telecomunicações.

8 - Relacionamento seletivo com o capital estrangeiro tanto quanto precisa da poupança externa, o Brasil deve direcioná-la para os setores onde esta cooperação seja uma relação de parceria, não de espoliação. O capital estrangeiro será bem-vindo sempre que se submeter as normas e exigências de nosso desenvolvimento, mas jamais para monopolizar ou cartelizar nossa vida econômica. Já o capital estrangeiro cujo dono procura o nosso País para viver, com seus bens, seus conhecimentos e sua família, além de todo apoio do Poder Público para se estabelecer merece o reconhecimento do Estado e da Nação Brasileira."

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não poderíamos deixar de registrar nesta oportunidade, estes fatos deste marcante estadista que escreve a história deste País, estadista este, já pesquisado em seus 50 anos de vida pública, até pela CIA norte-americana e jamais conseguiram imputar-lhe qualquer ato de corrupção, qualquer ato de desonestidade, qualquer ato que denigra o homem público. Por isso, desta tribuna, nós pedetistas falamos de cabeça erguida, defendendo esta candidatura que, com certeza, vai representar a revolução que este País tanto espera.

Temos a certeza que assim como a imprensa, como a mídia nacional começa a registrar o declínio em relação à rejeição de Leonel Brizola, temos certeza que até 3 de outubro, teremos a consolidação deste nome à Presidência da República.

Concedo aparte ao Deputado Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Deputado Paulo Maia, o Paraná e o Brasil são testemunhas de que Leonel Brizola, saindo do Rio Grande do Sul pela primeira vez sendo Governador no Estado do Rio, deu uma mostra a este Brasil, que, todos nós: Sul, Norte, Nordeste, enfim, toda família brasileira tem único pensamento. O pensamento é de prestigiar, realmente, aqueles que têm interesse com a comunidade. E foi a reforma agrária nesse solo pátrio, iniciada por

Leonel Brizola no seu primeiro governo no Rio Grande do Sul e foi no Estado do Rio de Janeiro que ele revolucionou o sistema social desta nação. Dando amparo à criança e dando encaminhamento à adolescência e fazendo com que os CIEPs fossem golpeados pela mais alta administração deste País que é o nosso Governo Federal.

Infelizmente o governo que aí está, não deu a continuidade necessária, para que em todo solo brasileiro, tivesse aquilo que foi iniciado no Rio de Janeiro. Se desejamos um dia de amanhã melhor a nossos filhos, uma segurança e tranqüilidade à nossa família, temos que pensar é na infância e na juventude deste País. E foi assim que Brizola pensou. Pensou primeiro naqueles sem-terra do Rio Grande do Sul, pensou naquela vida social do Rio de Janeiro e está pensando hoje de dar oportunidade a esses brasileiros que têm na mão a mudança do Brasil, que têm na mão o seu voto.

Se querem continuar com planos econômicos enganosos a todos nós, se querem continuar com políticos que realmente são políticos de palanque, de oportunidade de eleição, que votem neles. Mas se quiserem a mudança que aconteceu no Rio Grande e no Rio de Janeiro, votem em Leonel Brizola.

Obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Muito obrigado pelo seu aparte.

E para concluir, queremos registrar aqui um fato que marca a imprensa nacional:

"Com Brizola, a verdade governa

Com a experiência adquirida no desempenho de quatro mandatos executivos, Leonel Brizola coloca-se à disposição do Brasil como candidato do PDT à Presidência. As realizações de prefeito de Porto Alegre fizeram dele governador do Rio Grande do Sul aos 33 anos de idade. No governo gaúcho projetou-se nacionalmente, encampando duas multinacionais, alfabetizando todas as crianças. Realizando a primeira experiência de reforma agrária e implodindo um golpe quando fez valer a Constituição e empossou João Goulart na Presidência da República em 1961.

Foi obrigado a viver 15 anos no exílio. No entanto, manteve intactos os seus ideais e voltou ao Brasil, elegendo-se, por duas vezes, Governador do Rio de Janeiro."

A campanha nem começou e tem candidatos que andam alardeando: "Já ganhei!" Encomendando roupas finas para a posse e providenciando a partilha dos cargos públicos. O PDT através de seus movimentos e líderes organizados e constituídos, está prestes a ganhar as ruas para questionar essa gente.

Com o ABC de Brizola encapando as lutas históricas do povo brasileiro: amor à pátria, bravura cívica e coerência histórica. E, tenho certeza, o Brizola no Brasil é o exemplo do estadista de mãos limpas. E no Paraná temos essa figura expressiva que também já começa a reverter a história das pesquisas ao Governo do Estado que é Jaime Lerner e a certeza da vitória.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

PSDB, PL, PTB, PFL, PP.

(Todas declinaram).

PT com a palavra. Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na Ordem do Dia de hoje temos em primeira discussão o Projeto de Lei nº 469/93 de autoria do Poder Executivo que vem propor transformações no relacionamento sindical, ou seja, no relacionamento dos trabalhadores das empresas de economia mista para com o Poder Executivo.

Tal projeto na análise feita pela nossa Assessoria ele é inconstitucional. Mas não queremos abordar a questão da inconstitucionalidade de tal projeto. Queremos abordar aqui o mérito de tal projeto. Para um governo que se despediu, como foi o Governo de Roberto Requião, com o discurso, de que prega o discurso, que prega a democracia, com o discurso que diz respeitar os trabalhadores, ao apresentar tal projeto vem mostrar que tudo o que falou não é nada daquilo, ao qual ele se propõe a fazer.

O discurso difere da prática, porque na prática ele vem propor que no relacionamento livre e democrático que deve existir entre sindicatos e patrões, sofra a intervenção do Poder Legislativo. Por que o ex-Governador não propõe que este Poder Legislativo discuta o reajuste direto dos servidores públicos do Estado aonde há relação direta? Porque neste caso ele, autoritariamente, quer impor a sua vontade também às empresas de economia mista. Dizer que todo acordo ou convenção coletiva de trabalho, assinada entre sindicatos de trabalhadores e as empresas de economia mista passe por uma Comissão nesta Casa, Comissão esta composta por três Deputados, eu pergunto: somos nós, Deputados eleitos para fazer parte de uma Comissão, que vai discutir o salário dessas companhias? Podemos, como um todo, até este Parlamento, discutir, como um todo, mas não delegar a três Deputados.

Mas se discutirmos a decisão não se deve dar por este Parlamento. A Constituição brasileira garante o direito de orga-

nização sindical dos trabalhadores e esse direito garantido pressupõe a liberdade de negociação e é esta liberdade de negociação que nós do Partido dos Trabalhadores defendemos. Naquilo que diz respeito a esta Casa, como por exemplo na hora de votarmos o Orçamento do Estado, aí o Senhor Governador, na LDO, pede cheque em branco. Naquilo que não devemos dar o cheque em branco, ele assim o deseja. Naquilo que não cabe a nós discutir, ele quer impor que a gente discuta para ser o tacho da repressão e do achatamento salarial desses trabalhadores dessas empresas, dessas companhias mistas.

Isto é um absurdo querer fazer um envolvimento de um Parlamento na negociação, na discussão sindical aonde já se tem. Cabe a nós Parlamentares levantar e questionar as questões sindicais, tomarmos posições políticas de defesa da classe trabalhadora, de defesa desse ou daquele interesse; mas não cabe a nós, a não ser no que diz respeito ao servidor público do Estado das autarquias e da administração direta tomarmos posição. E assim mesmo quando desejamos nesta Casa tomar posição geralmente o Governo se opõe a ela.

Portanto, quanto ao mérito nos colocamos desde já contrário. E quanto a questão da constitucionalidade no momento de fazer a votação analisaremos a constitucionalidade, e também mostraremos qual é a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.
PDT.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Só uma informação, Senhor Presidente.
Estava na Assessoria de Imprensa, o Senhor não chamou o PTB ainda para o Horário das Lideranças?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Chamamos.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - O Senhor poderia me conceder um espaço?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Após o PDT. Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Também queremos deixar registrado em nome da Bancada do PDT a nossa posição contrária, e já queremos antecipar esta posição em relação ao item 8º da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Como na luta sindical já tive participação em outras oportunidades, não podemos deixar de registrar aqui que nos sentimos

assim como esses trabalhadores, se esse projeto passar nesta Casa, nos sentimos juntamente com eles traídos por uma iniciativa do Poder Executivo, porque isto aqui aconteceu quando ainda Governador Roberto Requião, numa instabilidade com os funcionários do BANESTADO tenta jogar para a Assembléia Legislativa a responsabilidade de tratar das questões dos trabalhadores dessas empresas, que ao invés de fazê-lo junto com os seus sindicatos e os órgãos competentes do Governo trazem esta responsabilidade para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Temos certeza que o Governador Mário Pereira, conhecendo a história de luta dos trabalhadores destas empresas, assim como conhece das outras diretas e indiretas, o Governador Mário Pereira jamais concordaria, ou concordará com essa iniciativa, porque quando Secretário da Administração teve uma postura elegante em saber tratar com os trabalhadores do serviço público dos diferentes segmentos.

E achamos que essa iniciativa se é coberta, simplesmente de um ato de covardia e não ter coragem de encarar os trabalhadores dessas empresas, achamos que o mais coerente, e queremos passar aqui em nome da nossa bancada uma sugestão à Liderança do Governo, a retirada desse projeto para que se analise junto ao Governador Mário Pereira as consequências dessa proposta que hoje consta na pauta da Ordem do Dia.

O PDT vai se colocar de forma contrária porque acha uma aberração tal proposta.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PTB. Lourenço Fregonese com a palavra.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Da mesma forma como se posicionou o PDT e o PT nós do PTB e como Presidente e Relator da Comissão de Finanças, somos contrários ao Projeto de Lei nº 469/93.

Na discussão de hoje cabe a constitucionalidade e aqui queremos, através de uma breve leitura do nosso parecer demonstrar ao Plenário desta Casa o engano que cometeu o ex-Governador Roberto Requião, não sei se engano por falta de conhecimento ou porque pretendia punir alguém ou da COPEL, ou da SANEPAR, ou do Porto de Paranaguá ou do BANESTADO.

Pego aos Senhores, que na melhor das hipóteses derrubem este projeto e na pior das hipóteses que se retire esse projeto até uma conversa franca, aberta com o Governador Mário Pereira, Governador esse que vem conduzindo o governo nesses dois meses com bastante equilíbrio.

Senhores Deputados

No nosso entender o Governo do Estado do Paraná quer invadir a competência do Governo Federal e do Congresso Nacional, tentando fazer aprovar legislação que impede a livre negociação de acordos coletivos de trabalho.

A Constituição Federal, no seu artigo 22, inciso I, estabelece que "compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho", vedando expressamente de que Estados e Municípios, possam legislar sobre matéria trabalhista. Por sua vez, a CLT, nos artigos 611 e seguintes, regula a sistemática de formalização das convenções e acordos coletivos de trabalho e a Lei nº 8.542/92, garante a livre negociação coletiva. Hoje essa Lei 8.542, está mais atualizada pela Lei 8.700/94. Ambos os textos legais não excluem de sua abrangência as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, regendo-se os acordos e convenções coletivas pelas mesmas normas aplicadas ao conjunto de todas as empresas e trabalhadores. Os registros de referidos instrumentos são procedidas no Ministério do Trabalho, sendo aplicados no âmbito das partes que o assinaram livremente. No caso de impasse na negociação coletiva é facultado o ajuizamento de dissídio coletivo, cabendo a justiça do trabalho estabelecer normas e condições aplicáveis nos setores respectivos. Portanto, é incabível que acordos coletivos de trabalho tenham que ser previamente conhecidos pela Assembléia Legislativa que não tem poderes para interferir na negociação e muito menos não tem poderes para dar anuência a referidos instrumentos legais.

Essa indevida intromissão do Governador do Estado na livre negociação coletiva, não apenas fere a Constituição mas também subverte a ordem legal, viola garantias estabelecidas aos trabalhadores, afronta o princípio da livre negociação e desrespeita os princípios fundamentais do Estado democrático de direito.

Por isso, Senhores Deputados, bastante tranqüilidade na condução desse trabalho no dia de hoje. Não podemos em hipótese alguma interferir na livre negociação de quem quer que seja.

Um outro agravante, já se referindo ao mérito, se aprovarmos um projeto tão absurdo nesta Casa, estaremos desestimulando todos os órgãos do Estado do Paraná, que têm técnicos que são respeitados em todo Brasil, em todo mundo. Por isso, não ao Projeto, e se não conseguirmos derrubar esse projeto, vamos aprovar a sua retirada para que o Governo estude melhor e que chegue-se a um denominador comum aonde os trabalhadores dessas empresas não sofram as sanções de um ato impensado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PMDB.

Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho à Tribuna na condição de Líder do Governo para discordar a respeito do projeto constante do item 08 da nossa pauta de votação.

Esta matéria, como é do conhecimento de todos veio à Casa através de uma mensagem do ex-Governador Roberto Requião, e teve a sua tramitação sustada tendo em vista as diferentes posições dentro desta Casa e fora dela a respeito do assunto.

Agora, entende a Mesa Executiva deste Poder de reincluí-la na pauta da Ordem do Dia de hoje para nossa análise e votação.

Sem dúvida, trata-se de uma matéria de relevante interesse público, conforme o próprio Governador Requião menciona em sua mensagem.

Mas por outro lado, estando nós vivendo sob a égide de um Governo que é continuidade daquele mas, que não deixa de ser um novo Governo, tanto é verdade que este Deputado que neste momento se investe na condição de Líder, o faz na condição de Líder deste Governo, e por isso mesmo, não tendo tido a oportunidade de aprofundar uma análise, uma discussão com a Mesa Executiva, com as lideranças de diferentes partidos a respeito desta matéria, e, principalmente com o Senhor Governador Mário Pereira, quero, Senhor Presidente, formular a Vossa Excelência um apelo, no sentido de que adie a votação desta matéria, por cinco sessões, pelo menos, para que possamos sentar com as Lideranças, com Vossa Excelência, com os componentes da Mesa Executiva, e no meu caso específico, Deputado Djalma de Almeida César, com o Governador Mário Pereira, para saber de Sua Excelência qual a posição do Governo a respeito, já que falo aqui em nome do Governo, e evidentemente devo a ele obediência e lealdade, e por isso mesmo, não poderia, de maneira alguma, ter um comportamento diferente do que o que estou tendo agora.

Creio, Senhor Presidente, que por não se tratar de matéria de Regime de Urgência, que Vossa Excelência poderia, perfeitamente, valendo-se das atribuições que o cargo e o Regimento lhe confere, adiar, por cinco sessões esta matéria para que possamos, então, retomar a discussão da mesma, e no meu caso específico, conversar com o Governador Mário Pereira, para saber de Vossa Excelência qual é o real, efetivo interesse do Governo na aprovação ou não de uma matéria tão significativa como esta.

Por outro lado, quero também deixar aqui registrado, vejo uma placa ali que

diz o seguinte: COPEL, SANEPAR, BANESTADO, etc, fiscalizam os salários dos Deputados? Gostaria de responder aos autores daquelas placas o seguinte: Deputado é representante do povo, ele é eleito pelo povo para fiscalizar os atos de toda uma administração, e não é o contrário.

Acho que a SANEPAR, a COPEL, o BANESTADO, não tem essa atribuição, de fiscalizar salários de ninguém, e muito menos dos Deputados, até porque, se formos partir para essa discussão, com certeza vamos chegar a uma conclusão, porque o povo do Paraná não sabe que o Deputado ganha menos do que muitos funcionários dessas empresas estatais.

Por isso, Senhor Presidente, está aí esta forma que não aceitamos que algumas pessoas querem colocar aqui, aqui é uma Casa do povo, aqui é dirigida e presidida pelos interesses da maioria da sociedade, não é uma Casa que se conduz exclusivamente levando-se em consideração interesses meramente corporativos, muito pelo contrário, aqui prevalece os interesses da maioria da sociedade, e por isso mesmo é que temos a legitimidade para falar o que estamos falando, porque de quatro em quatro anos vamos às ruas, de maneira transparente, para buscar o apoio da sociedade e a renovação do nosso mandato e da nossa procuração para continuarmos a falar em nome da sociedade paranaense.

Reitero, portanto, a Vossa Excelência, depois dessa rápida abstração o apelo, para quê, de maneira muito respeitosa, entre nós e entre a sociedade organizada, Vossa Excelência possa acolher o nosso apelo, no sentido de promover o adiamento dessa matéria, para que possamos, então, democraticamente, levando-se em consideração única e exclusivamente os interesses do povo do Paraná, aprofundarmos uma análise sobre o assunto, e daí, então, formarmos um juízo a respeito. No meu caso, particularmente, quero dizer, que a minha posição fica condicionada à posição do Governador Mário Pereira, porque estou, neste momento, investido na condição de Líder do seu Governo.

Permito um aparte ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Queremos, primeiramente, nobre Deputado Tavares, cumprimentar a sua pessoa que, realmente, pondera neste instante que está em votação uma matéria polêmica, apesar de pontos divergentes com a nossa Bancada, se posiciona, como sempre tem feito, no intermédio entre a sociedade, entre os Deputados e entre Governo do Estado do Paraná.

Vossa Excelência tem sido nesta Casa em todas as oportunidades em que é chamada

a sua intervenção tem sido ponderado, com o equilíbrio com que administrou uma das maiores Pastas deste Governo de Estado, que foi a Secretaria de Justiça. Durante o desempenho como Secretário, teve o respeito não só dos seus colegas de Bancada, mas de todos nós de Partido de Oposição ao Governo.

Hoje, nesta tarde, dá mais uma amostra de que, realmente, não só no nosso meio, mas em todos os meios pelos quais as reivindicações são colocadas faixas daquela natureza impensada e, às vezes, politicamente mal conduzidas num sentido que não é aquele expresso naquelas palavras, onde o pensamento de uma pessoa nociva à classe da SANEPAR, nociva à classe dos trabalhadores ordeiros deste Estado, vem alguém a esta Casa insultar os Senhores Deputados.

Vossa Excelência bem o disse têm funcionários da COPEL, da SANEPAR e outros órgãos que ganham mais do que Deputados e não trabalham.

E não seria neste instante que nós da Oposição, mesmo sendo contra a posição do Governo, iríamos permitir que gente despreparada, gente que realmente não tem noção do moral venha a esta Casa emprestar alguma coisa à decisão do Plenário.

Nós votaríamos contra a mensagem. Já tivemos na Comissão de Finanças junto com o Fregonese dando o nosso parecer contrário, mas, diante das ponderações de sua pessoa, onde reclama a presença dos Senhores Deputados tanto da Oposição quanto da situação junto à Presidência, junto ao Governo do Estado que hoje pode até pensar de maneira diferente esta proposta, a esta mensagem, queremos cumprimentar e deixar registrado o endosso da sua crítica àqueles mal preparados que fizeram aquela frase.

Meus parabéns, Senhor Deputado José Tavares!

O SR. JOSÉ TAVARES - Obrigado, Deputado Zuk, pelo aparte de Vossa Excelência.

Concluo Senhor Presidente, este meu pronunciamento, reiterando apelo a Vossa Excelência no sentido do adiamento da matéria, pelas razões aqui por mim colocadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças, passaremos à

ORDEN DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 101/94, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, que dispõe sobre o depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. EMENDA DA C.C.J.. Em votação a Emenda. **Aprovada.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 146/94, de autoria do Deputado Ademair Luiz Traiano, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Verê-PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/94, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Carlópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 160/94, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Alto Planta Paraíso, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 161/94, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Ouro Verde, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 163/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Braganey, com sede e foro no Município de Braganey. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 174/94, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, que torna obrigatória a implantação do sistema de medição individual de água, nos edifícios cujas obras de construção não tiverem sido iniciadas até a presente data. COM PARECERES FAVORÁVEIS

da C.C.J.. **Em discussão.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Discutir) - Sr.

Presidente Orlando Pessuti, Srs. Deputados, estou pedindo a palavra para discutir novamente esta matéria, já que ontem fiz rápida discussão sobre o assunto para consultar a Mesa e ao mesmo tempo, fazer um apelo, da possibilidade de acolher o requerimento de adiamento da discussão da matéria por até dez sessões, cujo pedido formalmente estará chegando às mãos de Vossa Excelência dentro de alguns segundos, pelas seguintes razões.

Há questão de 15, 20 minutos atrás eu conversava com o diretor de operações da SANEPAR e S. Exa. o Engenheiro Mário Vaz me dizia da importância dessa matéria e ele entende que da forma como o projeto foi redigido, ficaria praticamente de difícil aplicação ou execução essa lei. Então, de comum acordo, chegamos à conclusão de que deveríamos pedir o seu adiamento, para aprofundarmos uma discussão a respeito do assunto, ouvindo inclusive instituições como SECOV como SINDISCON e outras instituições ligadas à área da construção civil, para aprimorarmos esse texto e daí sim, nós aqui, como representantes do povo, que votamos de acordo com os interesses da maioria da população, votarmos uma matéria, uma lei que aí fora, ser realmente aplicada. Então estou encaminhando a V. Exa. esse pedido. Não é em hipótese alguma nenhum desapreço ao Deputado Heinz Herwig que inclusive, por autorização desta Casa, está em viagem ao exterior, mas é, Sr. Presidente, para que nós, de uma vez por todas, acostumemos a aprovar matérias que tenham perfeita condição de exequibilidade lá fora. E esse cuidado eu tive. Então eu presto essas informações à Casa e a Vossa Excelência reiterando o apelo de adiamento por dez Sessões da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A matéria está em discussão. Esta Mesa recebe requerimento de autoria do Deputado José Tavares, constante do expediente, que requer a retirada do Projeto de Lei 174/94 por dez Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei n° 174/94.

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 469/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 049/93, que as empresas públicas e as sociedades de economia mista em que o Estado do Paraná detenha mais de 50% do capital com direito a voto somente poderão firmar acordos coletivos de trabalho segundo o disposto nesta lei. COM PARECERES da C.C.J. e C.F..

PROJETO DE LEI N° 469/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - As empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Estado do Paraná detenha mais de 50 do capital com direito a voto somente poderão firmar acordos coletivos de trabalho segundo o disposto nesta lei.

Art. 2° - Os termos dos acordos coletivos deverão ser previamente conhecidos pela Assembléia Legislativa que dará parecer sobre sua oportunidade.

Parágrafo Único - Para elaborar o parecer estabelecido neste artigo a Mesa da Assembléia nomeará uma Comissão de três Deputados.

Art. 3° - Não será firmado nenhum acordo que dê maiores vantagens e direitos que o estabelecido na Convenção coletiva da categoria.

Art. 4° - Os acordos coletivos não poderão ser firmados se sua aplicação resultar salários superiores a vinte vezes a menor remuneração paga pela Administração Estadual.

Art. 5° - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.09.93

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 469/93

P A R E C E R:

Trata-se de Mensagem do Poder Executivo que dispõe sobre "acordos coletivos de trabalho" efetuados pelas empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Estado do Paraná seja detentor "de mais de 50% do capital com direito a voto".

Trata-se de direito regulador das relações de trabalho entre o Poder Público, no caso o Estado do Paraná, como empregador e os serviços públicos que mantenham, na condição de empregados, relações para realização de serviços de ordem econômica.

A proposição pretende que esta Assembléia Legislativa "a priori" de sua formalização, conheça dos termos e condições dos ajustes das convenções trabalhistas das empresas e sociedades já referidas, dando pareceres sobre suas formalidades.

Na realidade as Cláusulas petrosas dos acordos estão contidas nos artigos 3° e 4° desta Lei, sendo a Assembléia Legislativa meramente fiscalizadora da sua observância.

Contudo, o presente projeto está contido constitucionalmente dentro das atri-

buições à que se refere o art. 87, incisos IV e VI, da Constituição Estadual.

Nosso parecer é pela legalidade e constitucionalidade do presente.

Sala das Comissões, em 14.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 469/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 049/93, de autoria do Poder Executivo, o presente plano de lei tem por finalidade regulamentar acordos coletivos de trabalho nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Estado do Paraná detenha mais de 50% do capital com direito a voto.

A matéria foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator opinou favoravelmente pela aprovação. No nosso entender o Governo do Estado do Paraná quer invadir a competência do Governo Federal e do Congresso Nacional, tentando fazer aprovar legislação que impede a livre negociação de acordos coletivos de trabalho.

A Constituição Federal, no seu artigo 22, inciso I, estabelece que "compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho", vedando expressamente de que Estados e Municípios, possam legislar sobre matéria trabalhista. Por sua vez, a CLT, nbs artigos 611 e seguintes, regula a sistemática de formalização das convenções e acórdãos coletivos de trabalho e a Lei n° 8.542/92, garante a livre negociação coletiva.

Ambos os textos legais não excluem de sua abrangência as empresas públicas e sociedades de economia mista, regendo-se os acordos e convenções coletivas pelas mesmas normas aplicadas ao conjunto de todas as empresas e trabalhadores. Os registros de referidos instrumentos são procedidos no Ministério do Trabalho, sendo aplicados no âmbito das partes que o assinaram livremente. No caso de impasse na negociação coletiva é facultado o ajuizamento de dissídio coletivo, cabendo à Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições aplicáveis nos setores respectivos. Portanto, é incabível que acordos coletivos de trabalho tenham que ser previamente conhecidos pela Assembléia Legislativa que não tem poderes para interferir na negociação e muito menos não tem poderes para dar anuência a referidos instrumentos legais.

Essa indevida intromissão do Governador do Estado na livre negociação coletiva, não apenas fere a Constituição mas também subverte a ordem legal, viola garantias estabelecidas aos trabalhadores,

afronta o princípio da livre negociação e desrespeita os princípios fundamentais do Estado democrático de direito.

Outro agravante por nós detectados, se aprovado o referido projeto, seria o desestímulo de profissionais tecnicamente treinados através de anos de experiências e serviços prestados ao Estado.

Devido aos fatos acima revelados somos contrários ao referido projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência esclarece ao Plenário, inicialmente, que os projetos de lei, mensagens, etc. têm a sua tramitação na Casa e chegam a esta Presidência para serem incluídos na Ordem do Dia. Por diversas vezes essa Presidência foi consultada sobre a votação dessa matéria por setores do Governo. E tendo a matéria chegado a esta Presidência em condições de ser incluída na Ordem do Dia, nós o fizemos.

Mas, diante das manifestações desse plenário, das lideranças partidárias e da manifestação de S.Exa. o Deputado José Tavares, Líder do Governo, nós suspendemos a votação no dia de hoje e determinamos o retorno desta matéria à Ordem do Dia para o dia 14 de junho de 94.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Deputado José Tavares.

O item sete da Ordem do Dia de hoje, projeto do Deputado Heinz foi retirado por 10 Sessões. Então nós pediríamos tanto à Mesa quanto ao Líder do Governo, que este projeto, também tivesse o mesmo peso e a mesma medida que foi o projeto anterior e que até, acredito, dia 19 de junho, tanto a situação, como a Oposição e como o Sindicato das empresas nominadas, poderiam - em conversa com o Governador Mário Pereira chegar a um denominador comum.

Pediria, Senhor Presidente, o seu senso democrático e ao Líder do Governo, que também incluíssem como incluíram no projeto anterior, 10 sessões para essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A questão já foi decidida pela Mesa, Deputado. E o projeto retornará no dia 14 de junho. Se no dia 14 de junho não houver entendimento das partes com referência à votação, poderá então ser requerida a retirada da Ordem do Dia, já que nós hoje, estamos, apenas, suspendendo a votação e, naquela oportunidade poderá o projeto, se for do entendimento ser retirado da votação mediante requerimento aprovado pelo

Plenário.

ITEM 09

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 169/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 041/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de Cr\$ 829.572.000,00 (oitocentos e vinte e nove milhões, quinhentos e setenta e dois mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, conforme especifica. COM PARECERES DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 59, de 17.05.94, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 169/94

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, Mensagem Governamental n° 041/94, no que diz respeito a seus aspectos legais, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 24.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 169/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, oriundo da Mensagem n° 041/94, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 829.572.000,00 (Oitocentos e vinte e nove milhões, quinhentos e setenta e dois mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, visando atender as despesas com transferência a municípios e a instituições privadas.

Tendo sido analisada na douda Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o mesmo não encontra qualquer óbice, principalmente por anunciar a origem do crédito.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes mesmo do início dos trabalhos da Assembléia Constituinte Estadual, as comunidades científica, empresa-

rial de trabalhadores trataram de debater e acordar uma proposta de política da ciência e tecnologia para o Estado do Paraná que correspondesse às suas necessidades.

Sensível à importância desse setor para o desenvolvimento do Estado, nós na época, Constituintes de 89, havemos por bem estabelecer uma parcela de 2% da Receita Tributária Estadual a ser destinada para o fomento de pesquisas científicas e tecnológicas, ou seja, regulamentando o Artigo 205 da Constituição do Estado que cria o CONCITEC.

Essa vinculação teve o nascedouro na Constituição Federal que facultou aos Estados e ao Distrito Federal, conforme disposto no seu artigo 218, parágrafo 5º.

A norma estadual dependia e ainda lamentavelmente - depende dessa regulamentação. Apesar de deter a competência para iniciar o processo legislativo sobre esta matéria, o Governo do Paraná tem sido omissos quanto as suas responsabilidades nesta área.

Durante o Governo Álvaro Dias observou-se completa indiferença à questão. Em 91, já no Governo Roberto Requião, este Parlamentar e a Deputada Emilia Belinati, apresentamos um projeto de lei complementar para regulamentar o artigo 205. O processo de discussão da proposta compreendeu seguidas reuniões, inclusive um debate público realizado nesta Casa e até mesmo concessões em favor do Governo, sempre com a participação da bancada estadual que o apóia. Inúteis foram todos os esforços porque o projeto, embora com Redação Final, de consenso, é bom citar, foi vetado pelo chefe do Poder Executivo que mais uma vez o considerou inconstitucional.

E a partir daí aguardou-se a iniciativa do Sr. Governador para uma mensagem que viesse a regulamentar o artigo 205 que trata da formação do Conselho, conhecido como Conselho CONCITEC. Mas nada, absolutamente nada até hoje aconteceu. O projeto propunha e pelo que as entidades relacionadas com a área continuam lutando, é o estabelecimento de uma política de ciência e tecnologia priorizando as pesquisas, segundo o mérito e a competência. Que os recursos vinculados, constitucionalmente, não sejam repassados meramente pela vontade ou conveniência de determinados grupos mais próximos da administração estadual.

Por estas razões pretendeu-se que sejam geridos por um Conselho composto paritariamente por representantes do Governo e das comunidades científica, tecnológica e empresarial e de trabalhadores, exatamente como diz de forma muito clara a Constituição do Estado do Paraná.

O Estado, porém, que já assentou suas baterias contra as Universidades Esta-

duais, movendo-lhes verdadeira campanha difamatória, cassando-lhes autonomia, não atendeu ao pedido de audiência da Presidência da sociedade brasileira para o progresso da Ciência e Tecnologia, mostra-se irredutível quando a constituição de um Conselho gestor autônomo sobre o qual não terá controle.

E esta postura antidemocrática tem condenado o Estado do Paraná a um vergonhoso e inadmissível atraso. Outros Estados situados em regiões consideradas mais pobres já resolveram a questão e mantêm Conselhos ou Fundações de Pesquisa em pleno funcionamento, dando a nós todos o exemplo de respeito à questão da ciência e da tecnologia.

Não se pode esquecer ainda que seguidas foram as tentativas do Governo de utilizar os recursos da vinculação constitucional em outras áreas.

Apesar de terem sido em vão as tentativas de diálogo com o Executivo, ainda uma vez mais tentaremos, numa demonstração de boa vontade, obter uma definição do futuro Governador, engenheiro Mário Pereira, através de audiência.

Não acreditamos, contudo, muita esperança nesse contato, considerando a permanência do Secretário de Ciência e Tecnologia que, sendo conhecedor do problema, pouca atenção devotou à sua resolução.

Diante disto, já estamos trabalhando com a possibilidade de recorrer à Justiça, através da ação cabível, para responsabilizar o Estado pela sua omissão.

Vemos nesse procedimento um recurso técnico-jurídico e político para chamar a atenção da sociedade paranaense para o descaso oficial.

Isto posto e tendo em conta a respeitabilidade e legitimidade da OAB, solicitamos que a entidade seja autora, juntamente com as entidades abaixo relacionadas, de pedido de ação de inconstitucionalidade por omissão, para que a Justiça determine ao Estado o cumprimento de sua responsabilidade.

Somos movidos também, no presente pedido, pelo conhecimento do compromisso da Ordem como agente de transformação social, vigilante dos interesses da sociedade, e pelo fato de os profissionais que representa serem cientistas do Direito, interessados na realização desse bem coletivo.

Por esta razão Senhor Presidente, neste momento quando nós votamos aqui mais uma aprovação de um crédito suplementar à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, voltamos a ocupar a tribuna para lembrar a Liderança do Governo nesta Casa da situação em que se encontra o Paraná, é o único Estado da Federação que ainda não

regulamentou o artigo 205 da Constituição do Estado que nós fizemos aqui nesta Casa e que juramos respeitar essa Constituição.

No entanto, esta Casa, lamentavelmente, quando votou pelo veto do Governador acabou desrespeitando a própria Constituição.

Então, no momento em que votamos este suplemento de orçamento a esta Secretaria voltamos a lembrar a Liderança do Governo desta Casa da necessidade que temos de uma audiência com o novo Governador, mais sensível, mais democrático, e já demonstrou isso quando recebeu a Bancada do PDT em Palácio demonstrando toda a sua preocupação e a sua vontade também de governar com todos os Partidos. E parece ser esse o momento oportuno de pedirmos ao Governador essa audiência para que o Governador se sensibilize no sentido de regulamentar, de mandar a esta Casa uma Mensagem do Governo regulamentando então o artigo 205; evitando até que a OAB, e já tenho informações de que a OAB atendeu pedido das entidades e dos Deputados, Algaci Túlio e Emilia Belinati, no sentido de entrar com uma ação de omissão por parte do Governo do Estado.

Seria interessante, seria muito mais político para o Governo do Estado receber em audiência estas entidades, este parlamento para definir a situação, antes de passar aí um vexame de ter que regulamentar por força de lei, por força de uma ação movida pela OAB junto à Justiça paranaense.

Era isso Senhor Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor

Presidente é um esclarecimento e ao mesmo tempo um requerimento que faço, um apelo ao Líder do Governo, a Mensagem que trata dessa suplementação orçamentária de oitocentos e vinte e nove milhões de cruzeiros reais, diz aqui no anexo 01 que destina-se ao gerenciamento da política de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia; o que permitiria pela rubrica que está sendo suplementada deduzir que seriam recursos destinados ao Ensino Superior, notadamente às Universidades. Todavia, a justificativa que acompanhou o projeto diz que visa atender despesas com transferências a Município e a instituições privadas. E há uma flagrante contradição. Nós, em princípio, Bancada do Partido dos Trabalhadores, não temos interesse em se opor a essa Mensagem, acreditamos até que ela seja do interesse público. Mas nós gostaríamos pelo menos de ver esclarecida a destinação real desses recursos. Para quê vão? Quais são os programas? Isto não é esclarecido na justificativa e a mesma entra em contradição com o requerimento de suplementação.

Então nós faríamos um apelo à Mesa, à

Bancada do Governo, especialmente ao ilustre líder, se pudéssemos conhecer até amanhã uma breve exposição, quais os motivos, aonde será aplicado o dinheiro, porque aí não haveria problema nenhum.

Se possível, que a matéria fosse pelo menos retirada da Ordem do Dia até amanhã; com essa informação nós votaremos sem problema algum.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, eu queria fazer um apelo ao eminente líder, a quem eu reconheço e neste momento que está com a razão, no sentido de que nós votemos neste instante em primeira discussão a matéria em cuja oportunidade nós apenas analisamos aspectos de constitucionalidade, juridicidade técnica legislativa, com o compromisso desta liderança de amanhã trazer as informações que V.Exa. com muita propriedade coloca.

Realmente há uma contradição me arvorar aqui na condição de tentar explicar a V.Exa. a partir do fato de que a mensagem vem em nome de uma secretaria denominada Indústria e Comércio Ensino Superior Ciência e Tecnologia, quando a mensagem fala em transferências a municípios, com certeza deve estar se referindo a uma das pastas que a mensagem menciona, porque no que diz respeito ao ensino superior fala em instituições de ensino superior privadas, mas como eu não tenho absoluta segurança do que estou afirmando concordo plenamente com V.Exa. e gostaria que V.Exa. também concordasse conosco no sentido de que aprovemos em 1.^a discussão e amanhã eu me comprometo de trazer as informações que V.Exa. com muita propriedade requer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O projeto está em votação.
Aprovado.

ITEM 10

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização do plebiscito, na área que especifica, para criação do Município de Arapuã, desmembrado do Município de Ivaiporã. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a criação de Plebiscito nos Distritos de Romeópolis e Arapuã, para que a população decida sobre a criação do Município de Arapuã, desmembrado do Município de Ivaiporã, com os seguintes limites e confrontações:

- Começa no rio Corumbataí sob a ponte na estrada municipal que liga Ivaiporã/Bentevi/Poema, segue pela referida estrada, na divisa com o Município de Jardim Alegre até encontrar a margem direita do rio da Bulha sobe por este, na divisa com o Município de Ivaiporã até encontrar a linha seca de rumo verdadeiro 80°05' NE, (medindo 10.105m), segue por esta na divisa com o Município de Manoel Ribas até encontrar o rio Corumbataí, segue pela margem direita do rio Corumbataí, na divisa com o Município de Nova Tebas até encontrar a ponte na estrada que liga Ivaiporã/Bentevi/Poema, ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 03.03.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução visa atender reivindicação da população, consubstanciada na documentação encaminhada a este parlamentar.

Contamos com a aprovação dos Senhores Deputados, autorizando a realização do respectivo plebiscito.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/94

P A R E C E R:

Propôs o autor do Projeto de Resolução, objetivando autorizar a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Arapuã, desmembrado do Município de Ivaiporã.

Após análise constitucional, legal e regimental, nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o presente Plano de Resolução, autoriza a realização do Plebiscito na área que especifica, para criação do Município de Arapuã, desmembrado do Município de Ivaiporã.

A proposta foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo desta parecer favorável.

Esta comissão não encontrou nenhum impedimento a sua normal tramitação pelos órgãos da Casa.

Isto posto nosso parecer é favorável à aprovação do projeto citado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1372, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1362 e 1363, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1364 a 1366, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1367 e 1368, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1369 e 1370, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1371, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1373, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria, em nome desta Casa, que S.Exa. o nobre companheiro Tavares, interferisse junto ao Governador Mário Pereira no sentido de que se viabilizasse amanhã, a audiência dos trabalhadores do Serviço Público, visto que, às quinze horas, eles estarão fazendo uma manifestação diante do Palácio Iguazu todos os segmentos do serviço público.

Creio que, dando continuidade à tentativa do Governador Mário Pereira de fazer uma gestão mais aberta e mais democrática, nós queremos sugerir ao nobre companheiro, Deputado Tavares, que nesta oportunidade representa a liderança do governo, que viabilizasse o entendimento de uma audiência com as representações sindicais para que pudessem ouvi-los, porque, amanhã, dia 1º de junho é a data-base dos servidores públicos do Estado que, lamentavelmente, foi derrubada e roubada pelo Governador Roberto Requião.

Eu tenho a certeza de que com a experiência que tem com a vontade que teve e está tendo nesses meses de governo o Governador Mário Pereira de fazer o melhor, nós temos certeza de que a viabilização desse contato dos servidores com o gover-

nador representaria um clima de estabilidade, um clima de harmonia e a continuidade da democracia que aconteceria do Governador Mário Pereira com os segmentos dos servidores públicos.

Nós esperamos que se viabilize da melhor forma possível e que todos nós paraenses saíamos ganhando nesta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 01, às nove horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 020/93.

e do Projeto de Lei n° 044/94.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 164/92.

e do Projeto de Resolução n° 002/94.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 014/94.

Levanta-se a sessão.